

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IERI
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

IASMIN DOS REIS GONÇALVES

**ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DO MERCADO DE TRABALHO NAS CRISES DE
2008, 2015 E 2020**

UBERLÂNDIA
NOVEMBRO DE 2023

IASMIN DOS REIS GONÇALVES

**ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DO MERCADO DE TRABALHO NAS CRISES DE
2008, 2015 E 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Professor: Dr. Marcelo Sartorio Loural

UBERLÂNDIA

NOVEMBRO DE 2023

IASMIN DOS REIS GONÇALVES

Análise dos movimentos do mercado de trabalho nas crises de 2008, 2015 e 2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Banca de avaliação

Professor: Dr. Marcelo Sartorio Loural

Orientador

Membro

Membro

Uberlândia (MG), ___ de _____ de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço do fundo do coração a todos que estiveram ao meu lado nesta jornada de dedicação e aprendizado na elaboração desta monografia. Primeiramente, agradeço aos meus pais, Eliomar e Isabel, por serem o alicerce que sustentou cada desafio e por todo o apoio, amor e carinho incondicionais.

Agradeço imensamente à minha querida irmã Isadora por ser uma fonte inesgotável de apoio, estímulo e compreensão ao longo de toda esta jornada. Sua presença constante, palavras de incentivo e a maneira como sempre esteve disponível para ouvir e aconselhar foram fundamentais para superar desafios e celebrar conquistas. Obrigada por ser não apenas uma irmã, mas uma amiga leal, cujo carinho e apoio foram essenciais para a realização deste projeto.

Ao meu orientador, professor Marcelo Sartorio Loural, meu mais sincero agradecimento pela orientação, paciência e constante suporte ao longo deste trabalho, que foi fundamental para o seu desenvolvimento.

Aos meus amigos Camila, Layla, Maria Eduarda, Nayara, Samarah, Talitta e Tullyo, meu eterno agradecimento por me amarem e estarem presentes, oferecendo apoio e compreensão nos momentos mais desafiadores.

Aos queridos amigos do estágio, Naessa, Viviane e Luciano, agradeço por alegrarem meus dias, trazendo sorrisos e ânimo, mesmo nos momentos mais intensos.

Cada um de vocês foi essencial e significativo, contribuindo para o sucesso desta conquista. Obrigado por fazerem parte desta caminhada e por todo o apoio, compreensão e amor demonstrados.

“Se os seus sonhos inacabáveis guiam os seus caminhos,
lutem para que eles virem realidade sob a bandeira de seus ideais!”

(Gol D. Roger – One Piece)

RESUMO

A monografia proposta visa analisar os efeitos das crises econômicas ocorridas entre 2008 e 2020 no mercado de trabalho, com ênfase nas dinâmicas de emprego e evolução. O impacto global dessas crises demonstrou a interligação dos mercados, afetando desde taxas de juros até o crescimento da pobreza e do desemprego. O estudo justifica a importância do mercado de trabalho nas economias capitalistas e a recente Reforma Trabalhista no Brasil, levantando a questão se ela influencia a dinâmica observada nas crises anteriores. Os objetivos incluem a análise da trajetória do desemprego, evolução salarial, estratégias de mitigação de impactos da crise de 2008 no Brasil, consequências da recessão de 2015 e da pandemia de Covid -19 no mercado de trabalho, bem como uma revisão da literatura sobre as relações entre emprego e salário. Conclui-se que a recuperação do mercado de trabalho após as crises se dá com menores salários, fenômeno agravado após a Reforma Trabalhista.

Palavras-chave: crises econômicas; mercado de trabalho; desemprego; salários.

ABSTRACT

The proposed monograph aims to analyze the effects of economic crises occurring between 2008 and 2020 on the labor market, with an emphasis on employment dynamics and evolution. The global impact of these crises demonstrated the interconnection of markets, affecting everything from interest rates to the growth of poverty and unemployment. The study justifies the importance of the labor market in capitalist economies and the recent Labor Reform in Brazil, raising the question of whether it influences the dynamics observed in previous crises. Objectives include analyzing the trajectory of unemployment, wage evolution, strategies to mitigate the impacts of the 2008 crisis in Brazil, consequences of the 2015 recession and the Covid-19 pandemic on the labor market, as well as a literature review on the relationships between employment and wages. It is concluded that the recovery of the labor market after the crises occurs with lower wages, a phenomenon worsened after the Labor Reform.

Keywords: economic crises; labor market; unemployment; wages.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade que procuraram trabalho por condição de ocupação na semana de referência (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil.....	22
Gráfico 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com mais de um trabalho, por categoria do emprego no trabalho principal (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil.....	24
Gráfico 3 - Valor do rendimento médio mensal de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (R\$) - Brasil.....	25
Gráfico 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade no período de referência de 365 dias, segundo o grupo de idade 60 anos ou mais (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil.....	26
Gráfico 5 - Remuneração Média Real (R\$) - Brasil.....	27
Gráfico 6 - Remuneração Média Real por sexo (R\$) - Brasil.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência de trabalhador por vínculo anual por Setor IBGE de 2006 a 2010 (ano corrente a 2002)	20
Tabela 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil	21
Tabela 3 - Médias anuais da população de 14 anos ou mais de idades na força de trabalho (Valor Absoluto em mil pessoas e Taxas em %) – Brasil.....	30
Tabela 4 - População de 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil.....	32
Tabela 5 - População de 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência, como Empregado Doméstico (Valor Absoluto em mil pessoas e Taxas em %) – Brasil	33
Tabela 6 - População de 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência, nos grupamentos de atividade (Valor Absoluto em mil pessoas e Taxa em %) – Brasil	34

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Definições do fenômeno crise e mercado de trabalho	12
2.1. Interpretando o fenômeno crise na visão de Keynes	12
2.2. Mercado de trabalho e o conceito de desemprego para Keynes.....	13
3. Estudos sobre os movimentos do mercado de trabalho e crises	15
4. Reforma Trabalhista e Consolidação das Leis do Trabalho	17
5. Analisando as crises econômicas e seus impactos no mercado de trabalho	19
6. Considerações finais	36
Referências.....	38

1. Introdução

A crise econômica iniciada em 2008 devido à desestruturação do sistema imobiliário dos Estados Unidos disseminou-se mundialmente e se transformou em um fenômeno de proporções globais com reflexos para a economia mundial. Considerando esse fato, é nítido que, independentemente do local de origem, o fenômeno crise pode afetar o mundo todo, impactando em questões econômicas dos países como aumento das taxas de juros, crescimento da pobreza e aumento do desemprego. Portanto, a crise apresenta impactos também no mercado de trabalho, ou seja, na relação entre os que procuram emprego e aqueles que o oferecem, consequentemente abalando algumas variáveis como empregos e salários.

Com foco no tema mercado de trabalho, especialmente em empregos e salários, a motivação por trás deste trabalho é analisar os movimentos do mercado de trabalho durante as crises de 2008, 2015 e 2020. Nesse contexto, a hipótese deste estudo é que a recuperação do emprego pós-crise está associada a salários mais baixos, especialmente após a Reforma Trabalhista de 2017. Serão analisadas variáveis como taxa de desemprego e salários para sustentar essa hipótese.

Isto posto, a justificativa para a realização desta monografia deve-se ao fato de o trabalho representar um ponto central de uma economia capitalista, assim a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho em momentos de crise se faz de grande importância. Ademais, o Brasil passou recentemente por uma Reforma Trabalhista, o que traz um fator importante que é entender se tal mudança gera alterações na dinâmica observada em outras crises. Além de tudo, todo estudo acadêmico deve apresentar objetivo e, neste caso, o objetivo geral é comprovar que a recuperação do emprego após os pontos mais intensos das crises se dá com níveis salariais mais baixos, em especial após a flexibilização das leis trabalhistas no Brasil.

Este artigo é composto por quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Na seção 2 abordaremos em perspectiva teórica, seguindo Keynes, a ocorrência de crises e a determinação do emprego. Na seção 3 se faz uma revisão da literatura empírica existente sobre o tema, enquanto na seção 4 se discute brevemente a Reforma Trabalhista brasileira de 2017. Na seção 5 serão apresentados os dados referentes ao mercado de trabalho brasileiro, com foco nos períodos de crise e, logo após estes, as respectivas análises.

2. Definições do fenômeno crise e mercado de trabalho

2.1. Interpretando o fenômeno crise na visão de Keynes

O economista britânico John Maynard Keynes foi um importante estudioso da área, pois suas ideias provocaram mudanças fundamentais na economia, tanto na teoria quanto na prática, principalmente na macroeconomia. Ademais, suas concepções sobre as políticas econômicas praticadas pelos governos são essenciais nos dias atuais. A prova de sua importância e reconhecimento de contribuição para as ciências econômicas é exemplificada historicamente quando a Grã-Bretanha utilizou as ideias desenvolvidas pelo economista na Conferência de Bretton Woods.

Entretanto, a posição britânica não foi aceita pelo maior credor do mundo na época, os Estados Unidos, assim a colocação keynesiana foi rejeitada e o FMI (Fundo Monetário Internacional) foi criado. Todavia, mesmo décadas depois do encontro, existem muitas discussões sobre o assunto e estudiosos defendem que a posição adotada pelos britânicos seria a melhor solução. Em suma, os estudos de Keynes são de alta relevância para a economia, sendo seus textos considerados leituras obrigatórias para qualquer aspirante a economista atualmente. Keynes analisou as causas dos ciclos econômicos e seus trabalhos são base para a escola de pensamento keynesiana e suas ramificações.

Segundo Keynes (1996, p. 240) “[...] é uma das características essenciais do sistema econômico em que vivemos não ser ele violentamente instável, mesmo estando sujeito a severas flutuações no que concerne à produção e ao emprego[...]”. Considerando isso, se faz importante destacar a maneira como Keynes associa o ciclo econômico como “fenômeno da crise”, já que as crises são inerentes ao capitalismo. Sendo assim, as grandes mudanças nos níveis de emprego, renda, produção e investimentos são os focos dos ciclos econômicos. As alterações nos pontos citados representam a alternância intrínseca da economia entre fases de declínio ou expansão da economia. Além disso, o economista explicou que as mudanças nestas fases acontecem de forma distinta: se a economia estava em ritmo de crescimento, a recessão é abrupta, mas se a economia apresentava uma fase recessiva, a sua recuperação é gradativa e vagarosa.

Assim sendo, o economista afirmou que o sistema capitalista apresentava a instabilidade como característica intrínseca à sua existência. Keynes descreveu que o desejo de alcançar o maior ganho possível, o comportamento, tanto racional quanto individual, dos agentes econômicos (se entende por agentes econômicos os assalariados, consumidores e produtores) é o provável gerador de crises que interferem no funcionamento das forças involuntárias dos

livres mercados. Para mais, tais crises derivam da carência de demanda efetiva (KEYNES, 1996).

Todavia, segundo Keynes, qual o papel que Estado deve assumir no sistema econômico capitalista? O economista inglês acreditava que o governo, através de seus mecanismos de controle, desenvolve uma essencial função de suprir a falta de demanda efetiva nas crises, ou seja, nos cenários de desemprego e recessão. De acordo com o estudioso:

Por outro lado, uma diminuição da renda devida à queda no volume de emprego, se for além de certos limites, pode muito bem ser motivo para que o consumo exceda a renda, não apenas porque os indivíduos ou instituições passam a utilizar as reservas financeiras acumuladas em melhores dias, como também porque o Governo, deliberadamente ou não, poderá cair num déficit orçamentário ou poderá vir a fornecer auxílio em caso de desemprego, por exemplo, com dinheiro emprestado. (KEYNES, 1996, p. 119)

Em resumo, a crise para Keynes é a falta de investimento e a ociosidade de homens e máquinas. Tal definição chama atenção por associar a excessiva poupança referente ao lucro futuro esperado em uma conjuntura de preferência pela liquidez como a causadora da depressão. Portanto, os ensinamentos de Keynes não determinam as soluções das crises do sistema econômico capitalista. Mas adotando suas ideias, teorias anteriores são rejeitadas, incorporando diferentes definições.

2.2. Mercado de trabalho e o conceito de desemprego para Keynes

A economia clássica desenvolveu ao passar do tempo algumas teorias com foco no mercado de trabalho, como a ideia de igualdade do salário ao produto marginal do trabalho. Além disso, essa linha de pensamento também apresentava o conceito de desemprego voluntário. Em resumo, desemprego voluntário é quando as pessoas se recusam a trabalhar por causa do salário que é inferior do que este deseja. Desta maneira, o indivíduo opta por continuar desempregado até encontrar um emprego que apresente a taxa salarial de desejo.

O economista John Maynard Keynes seguiu uma linha contrária à concepção clássica, pois não concordava em muitos pontos da escola, dentre tais definições, a ideia de desemprego voluntário para ele não fazia sentido. O mesmo apresentou uma ideia mais inerente ao próprio mercado, intitulado de desemprego involuntário. Desemprego involuntário, de forma bem resumida, é quando o trabalhador está disposto a trabalhar pelo salário de mercado e não encontra ocupação.

Considerando que o mercado de trabalho é determinado essencialmente pelo mercado de bens, sendo que este depende da demanda efetiva, Keynes estabelece que o tipo de desemprego involuntário ocorre quando as expectativas de demanda, que levam à decisão de produção, não correspondem ao nível de pleno emprego, o que seria o caso mais frequente em uma economia capitalista (KEYNES, 1996).

Comparando a escola clássica e a keynesiana, os economistas clássicos defendiam que o produto depende diretamente do emprego, enquanto para Keynes é uma relação inversa, o emprego que depende das decisões de produção, que por sua vez, depende das decisões quanto à valorização da riqueza (produtiva ou financeira, via comparação entre eficiência marginal do capital e taxa de juros). Considerando tal contrariedade, se entende que, para o britânico, o nível de emprego é estabelecido pelo mercado de produtos, por intermédio da demanda efetiva, ou seja, não é definido intrinsecamente pelo próprio mercado (KEYNES, 1996).

A demanda efetiva, composta por consumo e dispêndios com investimento, é bastante importante para Keynes, pois através desse princípio ele se contrapõe à Lei de Say, que dá ênfase à oferta como fator essencial da economia, vindo a demanda a reboque. Ou seja, a Lei de Say não problematiza de fato o desemprego. Segundo Keynes (1996, p. 56) essa lei é, em suma, quando a “[...] oferta cria sua própria procura; isto significa de modo expressivo, mas não claramente definido, que o total dos custos de produção deve ser gasto por completo, direta ou indiretamente, na compra do produto.” Entretanto, para o economista são os componentes da demanda que determinam a atividade econômica.

Além do mais, para Keynes o volume de emprego é determinado pelo ponto de interseção entre as funções de oferta agregada e demanda agregada, porque justamente nessa interseção acontece a maximização das expectativas dos lucros dos empresários. Exatamente o valor encontrado nesta interseção é a demanda efetiva. Nas palavras do autor:

[...] levando em conta certas condições da técnica de recursos e de custo dos fatores por unidade de emprego, tanto para cada firma individual quanto para a indústria em conjunto, o volume do emprego depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção. Os empresários, pois, esforçam -se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores (KEYNES, 1996, p. 60).

Para mais, é a propensão a consumir com o nível de investimento que determinará o nível de emprego, e este nível estabelecerá o nível de salários reais, assim como exposto no trecho da obra Teoria Geral:

Assim sendo dada a propensão a consumir e a taxa do novo investimento, haverá apenas um nível de emprego compatível com o equilíbrio, visto que qualquer outro levaria a uma desigualdade entre o preço da oferta agregada da produção em conjunto e o preço da demanda agregada (KEYNES, 1996, p. 62).

Então, para Keynes, o desemprego é um ponto inerente ao próprio capitalismo. Este existirá nos instantes onde o nível de demanda agregada demonstra-se inferior quando comparada ao pleno emprego, refletindo em um reduzido índice de atividade econômica. Portanto, o consumo e o investimento são variáveis muito importantes para o estabelecimento de elevados indicadores de demanda efetiva. Tais variantes comprovam sua importância, pois é através do montante de investimento e consumo que se estabelece a quantidade necessária de mão de obra demandada. De acordo com o capítulo 18 da Teoria Geral, onde Keynes descreve:

Demonstramos que o nível de emprego depende unicamente do da demanda efetiva medida em unidades de salários, e que sendo esta a soma do consumo provável e do investimento provável, não pode variar se a propensão a consumir, a curva da eficiência marginal do capital e a taxa de juros permanecem constantes. Se, na ausência de qualquer modificação nestes elementos, os empresários aumentassem o volume de emprego, seus rendimentos seriam necessariamente inferiores ao preço da oferta (KEYNES, 1996, p.249-250).

Portanto, as contribuições de Keynes e sua análise dos ciclos econômicos e da dinâmica intrínseca ao sistema capitalista permanecem como base para a compreensão das crises e instabilidades econômicas para muitos estudiosos. Seus ensinamentos não apenas desafiaram as concepções tradicionais, mas também influenciaram de maneira significativa as abordagens econômicas contemporâneas para a compreensão das crises dentro do sistema capitalista. A continuidade dos debates e a relevância contínua das ideias de Keynes são evidências claras de seu impacto atemporal no campo da economia.

3. Estudos sobre os movimentos do mercado de trabalho e crises

Associando o período de crise com o mercado de trabalho brasileiro, o livro *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?*, que é resultado da união de esforços de estudiosos do Centro de Estudos Sindicais e Economia de Trabalho (CESIT), tem por objetivo discutir os movimentos do mercado de trabalho no Brasil e, através disso, debater como o problema do desemprego brasileiro pode ser resolvido. Segundo o estudo, a problemática das pessoas que desejam trabalhar, mas não conseguem, requer análise e, caso preciso, a criação de mecanismos que consigam recuperar condições econômicas importantes que impactam diretamente esse problema, como incentivos ao investimento, financiamento para impulsionar o crescimento econômico (BALTAR et al., 1996).

Desta forma, esse trabalho desmente a teoria que o desemprego pode ser reduzido apenas com mudanças realizadas no mercado de trabalho. Ou seja, o livro enfatiza que os movimentos do mercado de trabalho devem ser estudados relacionando outras questões como analisar a trajetória da taxa de desemprego ou evolução salarial de determinado período. Se deve considerar também a realidade econômica do intervalo de tempo analisado, considerando os tempos de crises ou prosperidades econômicas (BALTAR et al., 1996).

Além disso, no estudo intitulado como *Crise e Mercado de Trabalho: uma comparação entre recessões*, os autores analisam o mercado de trabalho em dois momentos de recessão econômica, através da perspectiva de algumas variáveis importantes como taxa de desemprego e salário. As recessões selecionadas foram de 1996 a 2003 e de 2012 até 2016, realizando comparações entre estes períodos, procurando por similaridades e divergências. Além disso, a metodologia de desagregar as variáveis em grupos como faixa etária foi utilizada para uma melhor identificação de quem são os mais afetados em um tempo de crise. (MENEZES FILHO; KOMATSU; MANNI, 2017)

Na conclusão do artigo, foi confirmado que a taxa de desemprego se elevou de forma mais rápida na recessão de 2012 a 2016. Agora, no que se diz respeito a rendimentos relacionados ao trabalho principal no primeiro período de análise, o índice caiu fortemente, enquanto no outro tempo se reduziu de maneira mais branda. O grupo mais afetado comprovado pelo estudo foram os jovens e aqueles que possuem entre 9 a 11 anos de estudo, pois apresentaram altos valores de desocupação durante as crises. Por último, a análise também concluiu que, para os trabalhadores com 50 anos ou mais, se elevou mais no período que se iniciou em 2012 do que o que finalizou em 2003 (MENEZES FILHO; KOMATSU; MANNI, 2017).

Deste modo, analisando o mercado de trabalho e sua evolução, Dedecca (2005) entende que desde a década de 1990 a questão do desemprego brasileiro é associada diretamente à questão da organização da economia nacional vigente. Utilizando da observação dos indicadores relacionados ao mercado, com o objetivo de determinar que o desafio do emprego brasileiro não é explicado pelo modelo de regulação social, mas sim pelo processo existente referente à regulação do mercado desde os anos 1940. O texto revela que, nos últimos vinte anos, tendo como base o ano de 2005, o Brasil apresentou um status de estagnação da estrutura de produção em seu ciclo econômico, o que agravou ainda mais o problema do emprego no nosso país (DEDECCA, 2005).

O mercado de trabalho e as crises estão intrinsecamente interligados, uma vez que as flutuações têm um impacto direto na oferta e demanda de empregos, nas taxas de desemprego e na qualidade das oportunidades de trabalho disponíveis. Diversos textos e estudos abordam essa relação complexa, evidenciando como os movimentos do mercado de trabalho são acolhidos durante os períodos de crise.

Piketty (2013) discute como as crises financeiras e históricas contribuem para o aumento das desigualdades de renda, acentuando a concentração de riqueza nas mãos de poucos. Piketty argumenta que as crises frequentemente levam a uma diminuição da oferta de empregos estáveis e bem remunerados, causando maiores desigualdades e dificuldades para os trabalhadores menos resistentes.

Além disso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) também produziu diversos relatórios sobre os impactos das crises no mercado de trabalho. Um exemplo é o relatório "*World Employment and Social Outlook: Trends 2021*", que analisa os efeitos da pandemia de COVID-19 no emprego global. O relatório explora como as medidas de bloqueio, restrições de mobilidade e desaceleração econômica afetaram a demanda por trabalho, aumentando as taxas de desemprego e subemprego em muitos países (OIT, 2021).

Em resumo, o tema dos movimentos do mercado de trabalho e crises é vasto e complexo, analisando pontos sociais e políticas. Diferentes autores e organizações oferecem *insights* valiosos sobre como as crises impactam o emprego, a renda e a qualidade do trabalho, destacando a importância de políticas públicas e estratégias para mitigar os efeitos negativos sobre os trabalhadores e a sociedade como um todo.

4. A Reforma Trabalhista brasileira de 2017

O debate em torno da reforma trabalhista gira em torno de diversas visões. Alguns acreditam que as leis do trabalho aumentam os custos para os trabalhadores, dificultando a criação de empregos. Por outro lado, abordagens teóricas como a de Marx veem o desemprego como algo intrínseco ao funcionamento do sistema capitalista, onde o excesso de mão de obra é uma consequência do desejo contínuo de lucro (DUARTE; LOURAL, 2020).

As teorias de Keynes, por sua vez, mudam o foco do custo do trabalho para a demanda geral na economia como o principal determinante do emprego. Ele argumenta que a regulação estatal é crucial para manter a estabilidade na economia capitalista e minimizar os efeitos

negativos da instabilidade. Dentro desse contexto, as leis trabalhistas são vistas como ferramentas para regular o mercado de trabalho, mantendo um certo nível de emprego e reduzindo o desemprego involuntário (DUARTE; LOURAL, 2020).

Segundo a perspectiva neoclássica, o nível de emprego é resultado da interação entre a oferta e a procura de trabalho, onde o salário real desempenha um papel crucial. Os trabalhadores buscam alcançar salários mais altos, enquanto os empregadores preferem pagar menos por mão de obra, influenciando assim a dinâmica do emprego. A escola novo-keynesiana, embora diferente das ideias originais de Keynes em muitos aspectos, concorda com a existência do desemprego involuntário (DUARTE; LOURAL, 2020).

Resumidamente, as opiniões divergem sobre a reforma trabalhista, variando entre a visão marxista, que considera o desemprego como derivado do sistema, e as teorias neoclássica e novo-keynesiana, que destacam a relação entre oferta e procura de trabalho, além do papel regulador do Estado para a estabilidade do mercado de trabalho. Embora haja debates sobre a reforma trabalhista, as justificativas para sua defesa variam entre diferentes correntes teóricas, desde a abordagem marxista, que enxerga o desemprego como inerente ao sistema, até as teorias neoclássicas e novo-keynesianas, que enfatizam a interação entre oferta e demanda de trabalho, além do papel regulador do Estado na estabilidade do mercado de trabalho (DUARTE; LOURAL, 2020).

Referente às leis, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi criada no Brasil em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas. A CLT é um conjunto de normas e regulamentos que visam regular as relações de trabalho, estabelecendo direitos e deveres tanto para empregadores quanto para empregados. Sua criação representou um marco importante na história trabalhista do país, uma vez que unificou e organizou as leis trabalhistas dispersas que existiam até então (GARCIA, 2013).

A CLT trouxe diversos avanços para os trabalhadores brasileiros, como a prescrição da jornada de trabalho, o estabelecimento de direitos como férias remuneradas e décimo terceiro salário, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, entre outras garantias. Ela contribuiu para a melhoria das condições de trabalho e para a redução das desigualdades nas relações laborais (GARCIA, 2013).

No entanto, ao longo das décadas seguintes, houve debates sobre a necessidade de modernizar as leis trabalhistas para se adequarem às mudanças na economia e na forma como as pessoas trabalham. Em 2017, o Brasil passou por uma reforma trabalhista significativa, que

trouxe mudanças na CLT. Essa reforma visou flexibilizar algumas regras trabalhistas, com o argumento de estimular a criação de empregos e aumentar a competitividade das empresas.

Alguns dos pontos mais controversos da reforma incluíram a prevalência de acordos entre empregadores e empregados sobre a legislação em certos aspectos, a possibilidade de terceirização irrestrita, a flexibilização de jornadas de trabalho e a regulação do trabalho intermitente (GARCIA, 2013).

Os defensores da reforma alegaram que as mudanças poderiam suportar a economia e gerar empregos, permitindo que as empresas se adaptassem mais facilmente às demandas do mercado. No entanto, os críticos argumentaram que as alterações poderiam enfraquecer a proteção dos trabalhadores, aumentar a precarização do trabalho e diminuir a negociação coletiva.

A reforma trabalhista se refere a mudanças refletidas nas leis e regulamentos que governam as relações entre empregadores e empregados em um determinado país. Sempre essas reformas visam modernizar e ajustar as leis trabalhistas às novas realidades vigentes, sociais e tecnológicas, buscando equilibrar as necessidades dos empregados e empregadores.

A relação entre a CLT e a reforma trabalhista é complexa e polarizada. Enquanto a CLT é vista como uma conquista histórica na proteção dos direitos dos trabalhadores, a reforma buscou modernizar o sistema e ajustar às necessidades atuais da economia. O debate sobre a eficácia da reforma e seus efeitos nas relações de trabalho continua a ser discutido por economistas, políticos, sindicatos e outros atores envolvidos.

5. Analisando as crises econômicas e seus impactos no mercado de trabalho

A crise do *subprime*, despertada em meados de 2007, apresentou impactos financeiros mundiais que ainda hoje refletem na economia em nível internacional. Como a origem principal da crise destaca-se o excesso de créditos disponibilizados a credores que não ostentavam garantias efetivas. Entretanto, no caso do Brasil, o país demonstrou rápida recuperação neste cenário de crise e manteve uma relativa estabilidade econômica (LIMA; DEUS, 2013).

Existem muitas razões que podem explicar essa característica brasileira frente à referida crise como a resiliência de setores específicos que, por serem voltados para o mercado interno, ou por serem menos dependentes do comércio internacional, podem não ter sentido o impacto tão fortemente. Outro motivo que pode explicar esse ponto são as políticas de estímulo ou as medidas de mitigação implementadas pelo governo brasileiro e outras autoridades para enfrentar o momento de instabilidade.

Para explicar esse cenário e seu impacto no mercado de trabalho, podemos usar a Frequência de Trabalhador por Vínculo Anual (FTVA), extraída da base de dados Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Essa medida expressa o número médio de empregos formais ocupados em um ano por cada trabalhador específico. Sendo assim, mede quantos empregos uma pessoa mantém ao longo de um ano. A FTVA pode ser utilizada para analisar o mercado de trabalho e as mudanças no emprego ao longo do tempo. A tabela 1 apresenta a FTVA por setor de 2006 a 2010:

Tabela 1 - Frequência de trabalhador por vínculo anual por Setor IBGE, de 2006 a 2010 (ano corrente a 2002)

IBGE Setor	2006	2007	2008	2009	2010
1 - Extrativa mineral	183.188	185.444	204.936	208.836	211.216
2 - Indústria de transformação	6.594.783	7.082.167	7.310.840	7.361.084	7.885.702
3 - Serviços industriais de utilidade pública	344.565	364.667	375.370	385.379	402.284
4 - Construção Civil	1.393.446	1.617.989	1.914.596	2.132.288	2.508.922
5 - Comércio	6.330.341	6.840.915	7.324.108	7.692.951	8.382.239
6 - Serviços	11.229.881	11.935.782	12.581.417	13.235.389	14.345.015
7 - Administração Pública	7.721.815	8.198.396	8.310.136	8.763.970	8.923.380
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.357.230	1.382.070	1.420.100	1.427.649	1.409.597
{ñ class}	0	0	63	0	0
Total	35.155.249	37.607.430	39.441.566	41.207.546	44.068.355

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MTE.

Analisando o contexto da crise financeira global de 2008, houve diversos fatores que podem explicar por que a FTVA não caiu significativamente no Brasil em relação a outros países ou em comparação com outros indicadores clínicos. O primeiro fator é a economia diversificada do Brasil, que apresenta importância em diferentes setores como agricultura, serviços e comércio. Isso ajudou a mitigar os impactos da crise em comparação com países que eram mais dependentes de um único setor. Além disso, o mercado interno brasileiro desempenhou um papel importante na manutenção da atividade econômica. A procura interna, impulsionada pela classe média em ascensão e por programas sociais, contribuíram para a estabilidade do emprego (LIMA; DEUS, 2013).

Ademais, embora tenha sentido os efeitos da crise, o país já estava em um estágio de crescimento econômico relativamente forte nos anos anteriores, o que pode ter atenuado os impactos iniciais. Para mais, o sistema financeiro do Brasil estava relativamente menos exposto às complexas transações financeiras que agiam para a crise global. Isso ajudou a evitar um colapso financeiro e a manter alguma estabilidade no mercado de trabalho. A característica do Brasil de ser um grande exportador de commodities (produtos básicos como petróleo, minério de ferro, soja, etc.) também pode ter auxiliado a economia brasileira, pois a demanda manteve-se relativamente estável (VERÍSSIMO; SOUZA, 2013).

Todavia, é importante ressaltar que, embora o FTVA não tenha caído significativamente, a crise de 2008 ainda teve impactos no Brasil, como desaceleração do crescimento, redução dos investimentos externos e volatilidade nos mercados financeiros. Os fatores mencionados acima, entretanto, fizeram com que os efeitos sobre o emprego não fossem tão severos quanto em alguns outros países.

Tabela 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil.

Ano	Economicamente ativas	Não economicamente ativas	Total
2006	97.528	58.755	156.284
2007	97.872	59.950	157.822
2008	99.500	61.061	160.561
2009	101.110	61.697	162.807
2011	100.223	66.764	166.987
2012	100.064	51.823	151.888
2013	102.517	54.079	156.597
2014	105.875	53.369	159.243
2015	104.835	56.958	161.792

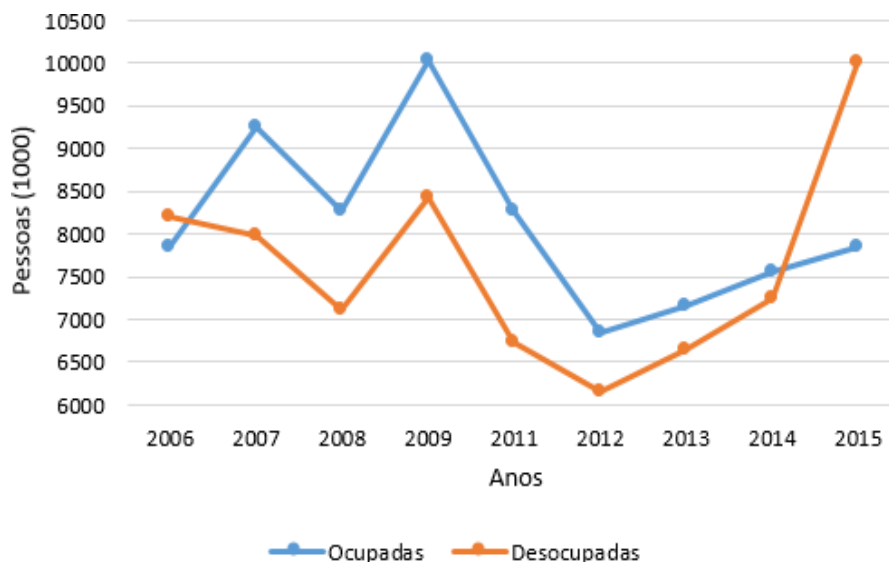
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – IBGE.

Ao analisar a tabela 2 acima, percebemos, ao longo dos anos, um aumento geral na população economicamente ativa. Isso pode ser reflexo do crescimento populacional, além do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, essa tendência não é uniforme. Além disso, apesar das flutuações nos números de pessoas economicamente ativas, os dados continuaram relativamente modestos, o que pode significar que, durante o período de análise, mesmo em meio a algumas crises econômicas, o mercado de trabalho no Brasil se manteve em uma base sólida.

A taxa de pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas oscilou, mas se manteve acima de 60% durante grande parte do período. Portanto, a maioria da população nessa faixa etária estava envolvida em atividades econômicas. Todavia, quando analisamos o mercado de trabalho é certo que as crises econômicas podem afetar de maneira significativa a taxa de desemprego e a participação na força de trabalho. Apesar da tabela não fornecer informações específicas sobre as causas das flutuações, é provável que as crises tenham contribuído para as variações dos números ao longo dos anos.

Ademais, é interessante comentar que, em 2011, a porcentagem de pessoas economicamente ativas caiu para 60,02%, sendo o valor mais baixo na série temporal. Contudo, vale ressaltar que a tabela fornece dados agregados, assim não apresenta diretamente as causalidades das mudanças nas taxas de participação na força de trabalho. Posto isso, para uma análise aprofundada, seria fundamental considerar alguns fatores como flutuações no mercado de commodities, investimentos estrangeiros, políticas governamentais, além de outros indicadores econômicos. Em resumo, a Tabela 2 indica que, apesar das oscilações ao longo do tempo, a população economicamente ativa permanece relativamente estável, demonstrando que o mercado de trabalho conseguiu se recuperar após desafios econômicos, embora seja necessário realizar análises mais profundas para compreender de fato as implicações e causas das flutuações.

Gráfico 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade que procuraram trabalho por condição de ocupação na semana de referência (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – IBGE.

O Gráfico 1 oferece um panorama da condição de ocupação das pessoas com mais de 10 anos de idade que buscavam trabalho na semana de referência no Brasil ao longo de um período de uma década, de 2006 a 2015. O gráfico expõe *insights* sobre o dinamismo do mercado de trabalho brasileiro durante os anos, evidenciando as variações na população ocupada e desocupada, bem como as tendências relacionadas a eventos significativos econômicos, com a crise de 2008. Para compreender melhor os desafios e mudanças enfrentados pelo mercado de trabalho nessa década, precisamos explorar os dados com mais detalhes.

Entre 2006 e 2009, o Brasil experimentou um aumento significativo na população ocupada. Isto pode ser atribuído às condições econômicas favoráveis durante este período, tanto externamente, por um ciclo expansivo de commodities, que reduziu de forma significativa a restrição externa do país, como, principalmente, pelo aquecimento da demanda interna, nas variáveis consumo e investimento.

Em 2008, o mundo enfrentou uma crise econômica global que afetou também o Brasil. A economia do Brasil foi afetada pela recessão econômica global, causando uma reação negativa no mercado de trabalho. O aumento dos desocupados em 2009 pode ser explicado pela perda de empregos devido à queda da atividade econômica decorrente da crise. Após a crise de 2008, o mercado de trabalho brasileiro começou gradualmente a se recuperar. Contudo, esta recuperação não foi consistente nos anos seguintes. Isto reflete a complexidade do processo de recuperação econômica e a sua dependência de fatores externos, como a procura global de bens.

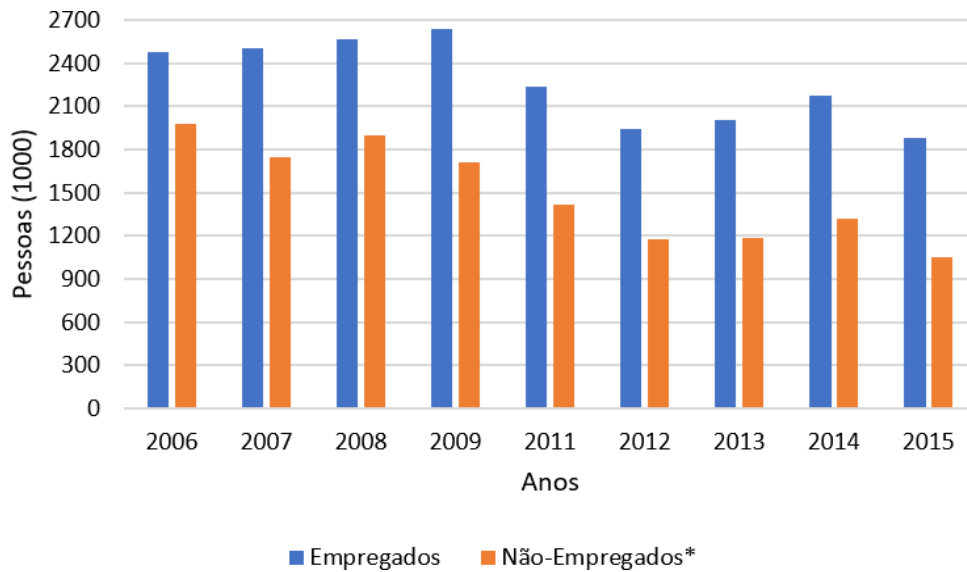
Embora tenha havido um período de crescimento econômico e de recuperação do mercado de trabalho, os dados mostram que persistem problemas como a flutuação das taxas de desocupados. Isso mostra que a estabilidade do mercado de trabalho brasileiro é uma meta que ainda não foi totalmente alcançada. Essa instabilidade pode estar relacionada com questões estruturais, tais como a falta de competências laborais em determinados setores ou a dependência excessiva de setores em recessão.

Os dados apresentados mostram que há uma clara necessidade de políticas públicas eficazes para resolver os problemas do mercado de trabalho no Brasil. Isto inclui a implementação de medidas para estimular a criação de emprego em todos os setores, aumentar a competitividade através do investimento na formação e na melhoria das competências da mão-de-obra e reduzir a vulnerabilidade dos mercados de trabalho aos choques econômicos globais.

Estas políticas podem ajudar a estabilizar os mercados de trabalho, melhorar as condições de emprego e reduzir a desigualdade de rendimentos dentro dos países. Em resumo,

estes dados revelam a complexa dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, influenciada por uma variedade de fatores econômicos e sociais, e destacam a importância de políticas para promover mercados de trabalho mais estáveis e inclusivos.

Gráfico 2 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com mais de um trabalho, por categoria do emprego no trabalho principal (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – IBGE.

*Não-Empregados não implica falta de emprego, mas sim não pertencer à categoria Empregados

Nota: Grupo Empregados: Com carteira de trabalho assinada; Militares e funcionários públicos estatutários e Outros. Grupo Não-Empregados: Trabalhadores domésticos; Conta própria e empregadores e Não remunerados.

O Gráfico 2 mostra o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade que estão ocupadas na semana de referência e possuem mais de um trabalho, com base na posição da categoria do trabalho no trabalho principal. Percebe-se uma tendência de redução do desemprego múltiplo ao longo dos anos. Isso pode refletir a necessidade de muitas pessoas diversificarem suas fontes de renda devido a dificuldades econômicas ou à busca por maiores ganhos financeiros.

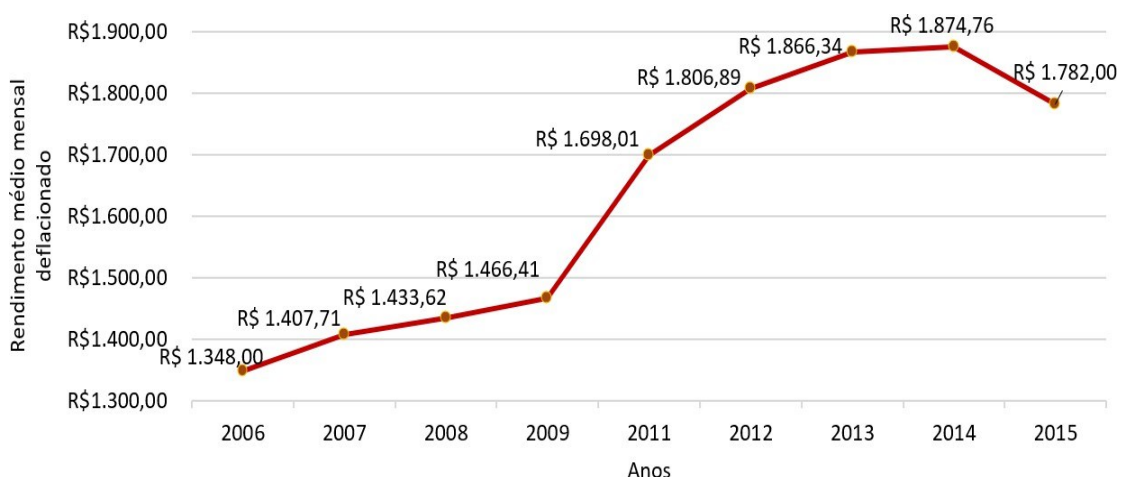
Além disso, ao observar os números ao longo dos anos, podemos notar flutuações tanto no grupo de "Empregados" quanto no de "Não-Empregados" com mais de um trabalho. Essas flutuações podem estar relacionadas às mudanças na economia brasileira, como oscilações do mercado de trabalho ou alterações nas políticas de emprego e renda. Para mais, é importante considerar a categoria do trabalho no trabalho principal. Aqueles que são classificados como "Empregados" no trabalho principal provavelmente têm um emprego formal, enquanto outros estão em categorias diferentes, como trabalhadores domésticos, conta própria ou trabalhadores,

no trabalho principal. Isso pode indicar diversidade nas fontes de renda e na natureza dos empregos secundários.

A presença de pessoas com mais de um trabalho pode ser uma estratégia de resposta à instabilidade econômica. Em períodos de crise, as pessoas podem recorrer a múltiplos empregos para compensar a perda de renda ou a falta de oportunidades de emprego em tempo integral. Tal tendência também destaca a importância de políticas públicas que abrangem questões relacionadas à qualidade do emprego, segurança financeira e apoio aos trabalhadores com múltiplos empregos. A necessidade de equilibrar vários empregos pode ser desafiadora e exigir medidas para garantir que os trabalhadores tenham condições de trabalho adequadas e uma renda sustentável.

A redução observada no número de pessoas com mais de um trabalho entre 2011 e 2015 sugere que esse período foi marcado por dificuldades econômicas e instabilidade no mercado de trabalho, refletindo a deficiência de oportunidades de renda adicionais durante a crise econômica no Brasil. Durante crises econômicas é comum que as oportunidades de emprego se tornem mais escassas e que as pessoas enfrentem dificuldades para encontrar e manter empregos múltiplos. Isso pode ter levado à redução observada na quantidade de pessoas com mais trabalho, à medida que os trabalhadores enfrentavam uma redução das oportunidades de renda adicionais.

Gráfico 3 - Valor do rendimento médio mensal de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (R\$) - Brasil



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – IBGE; FGV; Elaboração própria.

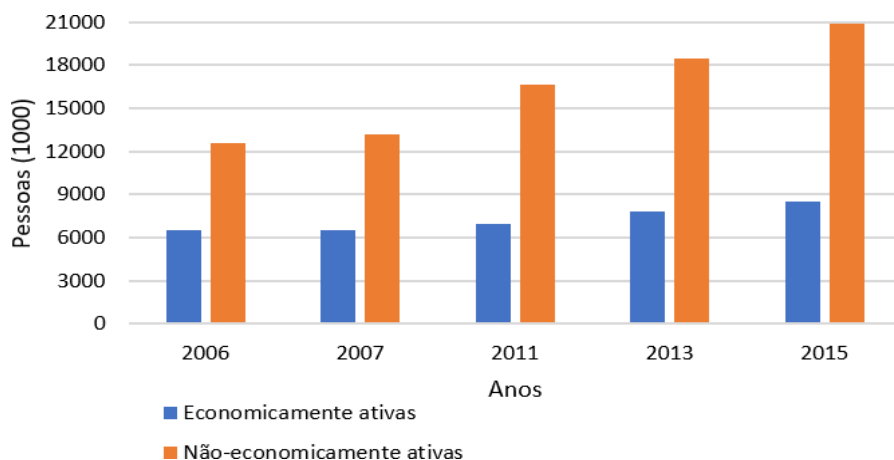
Nota: Valores de rendimentos deflacionados utilizando Índice de Preços ao Consumidor (IPC-BR) – Ano Base: 2015.

O Gráfico 3 apresenta o valor do rendimento médio mensal de trabalho, deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC-BR), para pessoas com 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência. De 2006 a 2009, o valor do rendimento médio mensal de trabalho apresentou um crescimento constante, representando um período de crescimento econômico no Brasil. Isso pode estar relacionado ao aumento da demanda por mão de obra e ao crescimento econômico agregado nesse período.

Embora o crescimento tenha continuado até 2009, a taxa de aumento diminuiu em comparação com os anos anteriores. Esse período coincidiu com a crise financeira global de 2008, que teve impacto em todo o mundo, inclusive no Brasil. A desaceleração do crescimento pode ser reflexo dos efeitos dessa crise. Após a crise de 2008, houve uma recuperação gradual nos valores reais do rendimento médio mensal de trabalho até 2011, quando atingiu seu pico. Isso sugere que o Brasil estava se recuperando da crise global e experimentando um período de crescimento econômico.

No entanto, a partir de 2011, o valor do rendimento médio começou a cair, e essa tendência de queda continua até 2015. Esse declínio pode estar relacionado a diversos fatores, incluindo a crise econômica que o Brasil enfrentou nesse período marcado por problemas políticos, instabilidade e desaceleração econômica. As oscilações no valor do rendimento médio mensal refletem as mudanças econômicas no Brasil, incluindo eventos globais como a crise financeira de 2008 e fatores domésticos como a situação econômica e política. A queda acentuada de 2015 indica um desafio econômico significativo. É evidente que as flutuações no rendimento estão relacionadas a eventos econômicos e políticos.

Gráfico 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade no período de referência de 365 dias, segundo o grupo de idade 60 anos ou mais (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil.



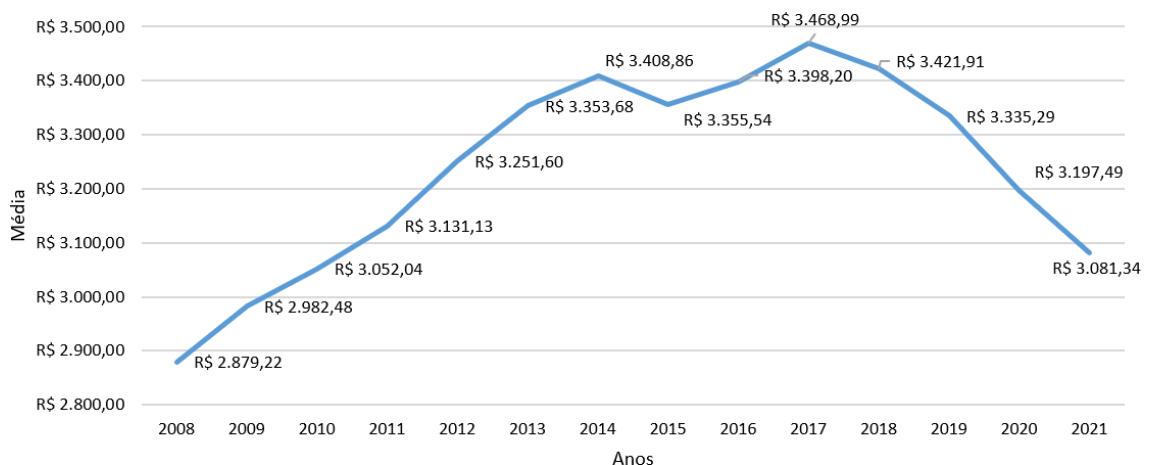
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – IBGE.

O Gráfico 4 fornece dados sobre pessoas com 60 anos ou mais de idade no Brasil, divididos em duas categorias: economicamente ativas e não economicamente ativas, ao longo dos anos de 2006 a 2015. Ao longo do período específico, a população de 60 anos ou mais de idade apresentou-se relativamente estável. Isso pode indicar que a idade avançada não é um fator significativo na variação da população ativa ou inativa.

Observa-se um aumento constante na população economicamente ativa dentro do grupo de 60 anos ou mais, de 6.520 em 2006 para 8.475 em 2015. Isso sugere que mais pessoas idosas estavam participando da força de trabalho ao longo dos anos. O aumento no número de idosos economicamente ativos a partir de 2011, quando uma crise econômica começou a se aprofundar, sugere que uma parcela significativa da população idosa permaneceu ou retornou à força de trabalho como uma resposta à crise. Todavia, o número de pessoas não economicamente ativas dentro do grupo de 60 anos ou mais também aumentou, indo de 12.557 em 2006 para 20.899 em 2015.

A variação nas categorias de atividade econômica pode ser influenciada por uma série de fatores, incluindo condições econômicas gerais, políticas de aposentadoria, mudanças demográficas e expectativas sociais em relação à aposentadoria. É importante notar que a economia em geral pode afetar a decisão das pessoas de continuar trabalhando ou se aposentar. Períodos de crise econômica podem levar a uma maior necessidade de permanência no mercado de trabalho para garantir a subsistência, ou, ao contrário, podem forçar as pessoas a se aposentarem mais cedo devido à falta de oportunidades de emprego.

Gráfico 5 - Remuneração Média Real (R\$) – Brasil.



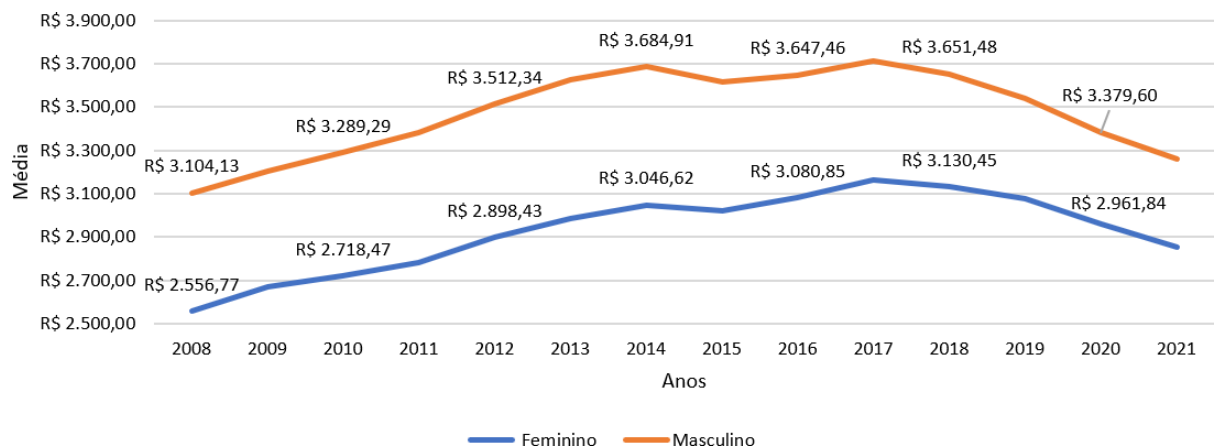
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MTE.

Nota: Valores de rendimentos deflacionados utilizando Índice de Preços ao Consumidor (IPC-BR) – Ano Base: 2021.

Comentando sobre o Gráfico 5, iniciando a análise com a crise de 2008, originada pela crise financeira global, observamos um aumento constante na remuneração média real de 2008 a 2013. Esse crescimento sugere uma recuperação após os impactos iniciais da crise, possivelmente influenciado por medidas de estímulo econômico. No entanto, a partir de 2014, há uma desaceleração nesse crescimento, marcando o início da crise econômica no Brasil em 2015. Entre 2015 e 2016, os dados indicam uma queda no nível da remuneração média real, refletindo os desafios enfrentados pelo mercado de trabalho durante esse período. A estabilização e recuperação aparentes a partir de 2017 sugerem uma resposta gradual às condições econômicas desfavoráveis.

A crise da COVID-19 em 2020 teve um impacto notável nos dados, evidenciado por uma queda na remuneração média real. As restrições e incertezas causadas pela pandemia levaram a desafios econômicos importantes, refletindo-se diretamente no mercado de trabalho. A recuperação parcial verificada em 2021 indica uma resposta gradual, embora os valores ainda permaneçam abaixo dos níveis pré-pandêmicos, indicando que o mercado de trabalho está se recuperando, mas de maneira moderada. Desta forma, a análise mostra uma interconexão entre os eventos econômicos, as respostas do mercado de trabalho e a trajetória da remuneração média real. Cada crise deixou suas marcas nos dados, destacando a resiliência da economia brasileira, mas também a necessidade de considerar o tempo necessário para uma recuperação completa.

Gráfico 6 - Remuneração Média Real por sexo (R\$) – Brasil.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MTE.

Nota: Valores de rendimentos deflacionados utilizando Índice de Preços ao Consumidor (IPC -BR) – Ano Base: 2021.

Ao longo dos anos, uma análise dos dados de remunerações por gênero revela padrões que se entrelaçam com as crises econômicas vivenciadas. Durante a crise financeira de 2008,

ambos os gêneros enfrentaram uma queda nas remunerações, sinalizando a amplitude do impacto global nos mercados de trabalho e a consequente redução nas oportunidades de emprego. A persistência desses efeitos é notável, refletindo-se na continuidade da redução das remunerações femininas e masculinas em 2009, demonstrando os desafios prolongados resultantes dessa crise.

Em 2015, surgiu uma nova redução nas remunerações, apontando para uma possível desaceleração econômica ou instabilidade nesse período específico. Curiosamente, observa-se que a remunerada feminina foi mais afetada durante esse episódio, sinalizando a existência de disparidades de impacto entre os gêneros. Essa observação aponta para a complexidade das interações entre gêneros e crises econômicas, destacando a importância de uma abordagem mais contextualizada para entender as nuances das mudanças no mercado de trabalho.

A crise da COVID-19, em 2020, explicita uma nova camada de desafios. A queda abrupta nas remunerações para ambos os gêneros reflete os impactos das medidas de bloqueio e a interrupção generalizada de setores econômicos. Neste contexto, nota-se novamente uma maior vulnerabilidade das contratações femininas, diminuindo uma concentração potencial do emprego feminino em setores particularmente afetados pela pandemia. Essa tendência ressalta a necessidade de considerar não apenas o impacto econômico global, mas também as especificidades de como diferentes setores e gêneros são afetadas durante crises de magnitude semelhante.

Portanto, a tabela de remunerações por gênero ao longo dos anos não apenas documenta mudanças nos valores financeiros, mas também serve como uma lente para compreender as dinâmicas complexas entre gênero, economia e emprego. Ela destaca a importância contínua de abordagens equitativas nas políticas de emprego, especialmente em tempos de incerteza econômica, para construir resiliência e promover a igualdade de oportunidades para todos.

Comentando sobre pessoas ocupadas e desocupadas, a tabela 3 apresenta um panorama anual da população brasileira com 14 anos de idade ou mais que faz parte da força de trabalho de 2012 até 2022. Ao analisar os números ao longo dos anos, podemos observar algumas tendências e mudanças significativas. Os dados fornecem uma visão geral das tendências de emprego e desemprego ao longo dos anos, permitindo uma análise das mudanças na força de trabalho do Brasil.

Tabela 3 - Médias anuais da população de 14 anos ou mais de idades na força de trabalho (Valor Absoluto em mil pessoas e Taxas em %) – Brasil.

Ano	Ocupadas	Desocupadas	Total	Variação % das médias anuais	
				Ocupadas	Desocupadas
2012	89.643	7.172	96.814	1,55%	-1,26%
2013	91.036	7.082	98.118	1,32%	-3,38%
2014	92.236	6.842	99.078	-0,04%	27,58%
2015	92.195	8.730	100.924	-2,01%	36,40%
2016	90.344	11.907	102.252	0,32%	12,17%
2017	90.634	13.356	103.990	1,73%	-2,43%
2018	92.201	13.032	105.233	2,23%	-1,47%
2019	94.258	12.841	107.099	-7,75%	7,83%
2020	86.958	13.847	100.804	4,99%	0,30%
2021	91.297	13.888	105.186	7,39%	-27,89%
2022	98.046	10.015	108.061	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – IBGE.

Observando os dados acima, percebe-se que em 2012 o Brasil estava experimentando um período de crescimento econômico, com uma população ocupada de 89.643 mil pessoas. O valor absoluto de desocupados em mil pessoas era de 7.172. Já em 2013 e 2014, nota-se a tendência de aumento contínuo, com uma constante na população ocupada, atingindo 92.236 mil pessoas ocupadas em 2014. O total de desocupados caiu para 7.082 em 2013 e 6.842 em 2014. Esse período foi marcado pelo otimismo econômico.

Em 2015, o Brasil começou a enfrentar uma grave crise econômica, com a amostra da população ocupada avançando para 92.195 mil pessoas. A quantidade de desocupados subiu para 8.730. Em 2016, a situação piorou, com a amostra de ocupados caindo para 90.344 mil pessoas e a desocupados atingindo 11.907 mil pessoas. Isso reflete o agravamento da crise econômica, com empresas reduzindo contratações e demissões em massa.

A partir de 2017, a economia brasileira começou a se recuperar gradualmente. Em 2017 e 2018, o total de ocupados aumentou para 90.634 mil e 92.201 mil, respectivamente, enquanto o de desocupados diminuiu para 13.356 e 13.032. Em 2019, a recuperação contínua, com a população ocupada atingindo 94.258 mil pessoas e a população desocupada caindo para 12.841. Embora houvesse melhorias, a taxa de desocupados ainda permaneceu alta.

Em 2020, o Brasil enfrentou os efeitos econômicos da pandemia de COVID-19. A população ocupada reduziu significativamente para 86.958 mil pessoas, e os desocupados aumentaram para 13.847. Isso representa a gravidade da crise causada pela pandemia, por exemplo, com muitas empresas fechando temporariamente ou suspendendo transações. Em 2021 e 2022, o Brasil iniciou uma recuperação da pandemia, com a população ocupada aumentando. No entanto, os dados de desocupados ainda permaneciam relativamente elevados, demonstrando que a recuperação está em curso, mas a incerteza econômica persiste.

Analisando a variação das médias anuais, em 2015, o país sofreu uma recessão econômica significativa, como evidenciado pela variação negativa de -2,01% na média anual da população na força de trabalho. Isso reflete a queda de empregos e a dificuldade para os brasileiros encontrarem oportunidades de trabalho, um caráter específico de períodos de crise econômica. A chegada da pandemia de COVID-19 em 2019 teve um impacto devastador no mercado de trabalho, como sugerido pela taxa de desocupados dos anos finais da análise. A economia sofreu com bloqueios, restrições comerciais e incertezas, resultando em perdas massivas de empregos e diminuição da participação na força de trabalho. Em 2022 existe uma recuperação parcial, mas não completa.

Em suma, uma análise detalhada dos dados mostra como as crises econômicas afetam diretamente o mercado de trabalho brasileiro. Os anos de crise foram marcados por quedas na amostra de população ocupada e aumentos de desocupados, enquanto os períodos de recuperação e retomada mostraram melhorias, mas com taxas de desocupados persistentemente altas em comparação com o período pré-crise. Esses números refletem a complexidade da economia brasileira e a necessidade de adoção de ferramentas eficazes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho.

A tabela 4 mostra a evolução ao longo dos anos da população ocupada no Brasil, desagregada em diferentes categorias, incluindo empregados, empregadores, conta própria e trabalhadores familiares auxiliares. Os valores são expressos em mil pessoas. A análise da tabela enfatizando o mercado de trabalho no Brasil e associando as crises econômicas é fundamental para entender como os eventos econômicos impactaram a ocupação da população ao longo dos anos.

Tabela 4 - População de 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência (Valor Absoluto em mil pessoas) – Brasil

Ano	Empregado	Empregador	Conta própria	Trabalhador familiar auxiliar	Total
2012	63.349	3.514	20.054	2.727	89.643
2013	64.156	3.667	20.494	2.720	91.036
2014	65.100	3.706	20.876	2.553	92.236
2015	64.001	3.929	21.738	2.526	92.195
2016	62.396	3.833	22.058	2.058	90.344
2017	62.039	4.166	22.287	2.142	90.634
2018	62.758	4.341	22.972	2.131	92.201
2019	63.857	4.344	23.969	2.089	94.258
2020	58.662	3.967	22.416	1.913	86.958
2021	60.670	3.773	24.902	1.953	91.297
2022	66.522	4.233	25.537	1.754	98.046

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - IBGE

Após a crise financeira global de 2008, o número de empregados apresentou uma ligeira queda, refletindo a natureza cíclica do mercado de trabalho. A crise resultou em cortes de empregos, no entanto, uma recuperação notável ocorreu nos anos subsequentes. Durante a crise econômica interna no Brasil de 2015-2016, houve uma redução mais significativa no número de empregados, refletindo a profunda recessão que o país enfrentou. Esse período foi caracterizado por altas taxas de desemprego e diminuição das contratações pelas empresas.

O número de empregadores manteve um crescimento consistente ao longo dos anos, inclusive durante as crises. Isso pode sugerir que as pessoas estão buscando oportunidades empreendedoras como uma alternativa ao emprego formal, especialmente nos momentos de incerteza econômica. Durante as crises, o crescimento dos empregadores pode ser um indicador de resiliência econômica. A categoria de "conta própria" é notável por seu aumento constante. Durante as crises, muitas pessoas optam por trabalhar por conta própria como uma resposta à escassez de empregos formais. Isso pode refletir a necessidade de gerar renda em tempos difíceis e a flexibilidade que o trabalho autônomo oferece.

O número de trabalhadores familiares auxiliares diminuiu ao longo do tempo, refletindo a tendência de urbanização e a migração da população rural para áreas urbanas em busca de oportunidades de emprego. Isso pode ser influenciado por mudanças na estrutura agrícola e na mecanização. No geral, durante a crise global de 2008 e a crise interna de 2015-2016, houve

quedas acentuadas na ocupação, indicando dificuldades econômicas. No entanto, a recuperação após esses períodos destaca a resiliência do mercado de trabalho brasileiro.

Destacando a categoria Empregado Doméstico, tabela 6 fornece dados sobre a população de 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência como Empregados Domésticos no Brasil, com destaque para aqueles que possuem carteira de trabalho assinada e aqueles que não possuem. A análise desses dados pode estar associada à questão da mudança dos direitos do trabalhador doméstico ao longo dos anos e às crises econômicas do Brasil.

Tabela 5 - População de 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência, como Empregado Doméstico (Valor Absoluto em mil pessoas e Taxas em %) – Brasil

Ano	Carteira de trabalho		Total	% das médias anuais	
	Assinada	Não assinada		Ocupadas	Desocupadas
2012	1.878	4.106	5.985	-3,79	-1,58
2013	1.807	4.041	5.848	2,16	-1,84
2014	1.846	3.967	5.813	2,51	1,07
2015	1.892	4.009	5.901	5,27	0,15
2016	1.992	4.015	6.007	-9,09	4,07
2017	1.811	4.179	5.990	-2,36	2,43
2018	1.768	4.281	6.049	-2,95	1,75
2019	1.716	4.356	6.071	-21,20	-19,73
2020	1.352	3.496	4.849	-3,61	10,55
2021	1.304	3.865	5.168	12,22	12,12
2022	1.463	4.333	5.797	-	-

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - IBGE

A tabela mostra que, ao longo dos anos, houve uma redução na quantidade de empregados domésticos com carteira de trabalho assinada, especialmente a partir de 2016. Por outro lado, a quantidade de trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada aumentou, destacando um crescimento da informalidade nesse setor. Isso pode estar relacionado a chamada Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das Domésticas que garantiu direitos trabalhistas a esses trabalhadores. Ademais, segundo Mario Avelino, presidente do Instituto Doméstica Legal, a situação se agravou no período pandêmico de 2020 pois ele relaciona a redução de doméstico com carteira assinada ao aumento da procura por diaristas, que de acordo com o IBGE, é um trabalhador informal. (G1, 2023)

Para analisar a tabela em relação às crises brasileiras é importante entender como eventos econômicos e políticos podem ter impactado o emprego de trabalhadores domésticos. Os anos que sucederam a crise econômica de 2015-2016 foram marcados por escândalos de corrupção e instabilidade política no Brasil. Essa instabilidade pode ter afetado o mercado de trabalho, influenciando as decisões dos trabalhadores em relação à formalização ou informalização dos trabalhadores domésticos.

Além disso, a crise econômica relacionada à pandemia também pode ter influenciado o aumento da informalidade, já que muitos funcionários podem ter optado por não formalizar novos contratos de trabalho. Assim, as crises econômicas podem ter impactado o mercado de trabalho, levando à informalização e à diminuição na formalização de empregos domésticos, enquanto reformas trabalhistas e eventos econômicos específicos também influenciaram as tendências observadas na tabela.

A Tabela 6 apresenta dados sobre a população de 14 anos ou mais de idade ocupada em diversos setores da economia brasileira. Os valores absolutos em mil pessoas e as taxas de variação percentual, entre 2012 e 2022, revelam tendências significativas e transformações nos diferentes setores da economia brasileira durante esse período. Esses dados fornecem uma visão valiosa das dinâmicas de emprego no país e sua relação com eventos econômicos, crises e mudanças estruturais ao longo da última década.

Tabela 6 - População de 14 anos ou mais de idade ocupada na semana de referência, nos grupamentos de atividade de atividade econômica (Valor Absoluto em mil pessoas e Taxa em %) – Brasil

Ano	Agricultura/ Pecuária	Indústria geral	Construção	Transporte, armazenagem e correio	Alojamento e alimentação	Outros serviços
2012	10.226	13.268	7.624	4.169	3.838	3.842
2014	9.452	13.465	7.971	4.239	4.245	4.196
2016	9.042	11.768	7.425	4.544	4.654	4.247
2018	8.440	12.000	6.839	4.708	5.354	4.873
2020	8.232	11.425	6.110	4.518	4.385	4.384
2022	8.684	12.623	7.371	5.166	5.353	5.238
% 10 anos	-15,08%	-4,86%	-3,31%	23,93%	39,46%	36,36%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – IBGE.

A redução na população ocupada no setor de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura pode ser atribuída à mecanização da agricultura, o que reduz a demanda por mão de obra. Isso reflete um processo de modernização do setor e uma resposta às demandas

por maior eficiência. Além disso, as flutuações nos preços das commodities podem afetar a rentabilidade e, conseqüentemente, o emprego no setor. As crises econômicas podem desencadear quedas nos preços das commodities e variar de acordo com a agricultura.

Em contrapartida, o setor da Indústria Geral apresentou uma leve redução da população ocupada. A queda na população ocupada na indústria pode ser resultado de mudanças estruturais na economia, como a diminuição da participação da indústria na economia em favor dos serviços. Além disso, as crises econômicas, como a crise global de 2008, podem ter impactado as qualidades da produção industrial e, conseqüentemente, o emprego.

Entretanto, o setor de Construção é altamente sensível à economia do Brasil, pois é influenciado por investimentos em infraestrutura e construção civil. Durante as crises econômicas, os investimentos podem diminuir, levando a uma redução na população ocupada. Recuperações econômicas podem resultar em aumentos no emprego à medida que os projetos de construção são retomados.

Relativo ao setor de Transporte, Armazenagem e Correio, o aumento constante da população ocupada pode estar relacionado ao crescimento do comércio eletrônico e à necessidade de serviços de logística. As crises econômicas, especialmente aquelas que impulsionam a digitalização e o comércio online, podem ter acelerado o crescimento deste setor. Respectivo ao setor de Alojamento e Alimentação, o crescimento nesse setor pode estar relacionado ao aumento do turismo e à expansão de redes de restaurantes. Todavia, as crises econômicas podem afetar o setor de turismo e levar a quedas temporárias na população ocupada à medida que as pessoas reduzem seus gastos em lazer.

No último setor analisado, Outros Serviços, que abrange uma ampla gama de serviços, o crescimento constante pode refletir a crescente demanda por esses serviços na sociedade. As crises econômicas podem afetar diferentes segmentos desse setor de maneira variada, com alguns serviços sendo mais resilientes do que outros. Essas análises destacam a complexidade da economia brasileira, em como os diferentes setores reagem de maneira distinta a crises econômicas e eventos econômicos. Portanto, é importante que as políticas econômicas considerem as particularidades de cada setor para promover um crescimento sustentável e a resiliência diante de crises.

6. Considerações finais

Ao estudar o cenário do mercado de trabalho brasileiro, uma análise do impacto das crises econômicas revela uma interconexão fundamental entre os ciclos econômicos e a dinâmica do emprego no país. As crises, sejam elas de origem internacional ou doméstica, têm exercido influência significativa na trajetória do mercado de trabalho brasileiro, gerando desafios complexos para a estabilidade e qualidade do emprego. A história recente do Brasil mostra que as crises econômicas frequentemente resultam em aumento do desemprego, subemprego e informalidade, afetando desproporcionalmente certos setores e estratos da sociedade.

Além disso, as políticas adotadas para mitigar esses impactos têm sido variadas, refletindo a complexidade do cenário econômico e social do país. Investimentos em políticas de proteção social, requalificação da mão de obra e incentivos para o empreendedorismo têm sido elementos centrais para amenizar os efeitos das crises no mercado de trabalho brasileiro. Contudo, a persistência de desafios estruturais, como a informalidade e a desigualdade, destaca a necessidade contínua de abordagens políticas mais abrangentes e inovadoras para garantir a resiliência do mercado de trabalho diante de crises econômicas, promovendo, assim, a inclusão e a estabilidade ocupacional para todos os níveis da população brasileira.

Considerando o contexto atual, a pandemia da COVID-19 agravou os desafios do mercado de trabalho no Brasil. As restrições impostas para conter a propagação do vírus resultaram em impactos na economia, evidenciando a vulnerabilidade estrutural do mercado de trabalho. Além disso, a pandemia destacou as disparidades pré-existentes, afetando de maneira mais intensa trabalhadores informais, autônomos e de baixa renda, aprofundando a desigualdade social. Ademais, as dinâmicas de trabalho remoto e a necessidade de adaptação digital colocam novos desafios, destacando a divisão entre os que podem trabalhar de casa e os que dependem da presença física, tornando evidente a disparidade de oportunidades e acesso.

O rendimento médio mensal no Brasil, ajustado pela inflação, refletiu a trajetória econômica do país ao longo dos anos. Entre 2006 e 2009, houve um crescimento constante, diminuindo a queda. No entanto, a crise financeira global de 2008 impactou o ritmo de crescimento, seguido por uma recuperação gradual até 2011. A partir desse ponto, o rendimento declinou até 2015, refletindo desafios econômicos e políticos. A disparidade salarial de gênero persiste, embora tenha diminuído em 2020. A complexidade das influências na gestão, incluindo eventos globais, crises e políticas de igualdade de gênero, destaca a dinâmica intrincada do cenário econômico brasileiro. O aumento salarial em 2021 sugere uma possível continuidade na recuperação pós-pandêmica e ajustes de mercado.

Em síntese, uma análise do mercado de trabalho brasileiro revela uma complicada relação entre os ciclos econômicos e a dinâmica do emprego. As crises, sejam elas locais ou globais, desempenham um papel significativo, impactando quantidades de desemprego, subemprego e informalidade, com repercussões desproporcionais em diferentes setores e estratos sociais. As políticas de mitigação desses efeitos têm variações, refletindo a complexidade do cenário econômico e social do país. A pandemia da COVID-19 intensificou esses desafios, evidenciando a vulnerabilidade estrutural do mercado de trabalho e aprofundando as disparidades sociais. Nesse contexto, a necessidade de abordagens políticas inovadoras se destaca, promovendo a resiliência do mercado de trabalho, inclusão e estabilidade ocupacional para toda a população brasileira.

Referências:

ALBERINI, Daniel Vinícius; BOGUSZEWSKI, Leonardo Deeke. **Por Dentro do Subprime: a crise imobiliária americana e seus impactos na economia brasileira**. Curitiba, v. 2, n. 1, p.1-10, abr. 2008. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/745596955587767.pdf>>

BALTAR, Paulo E. de Andrade et al. **Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?** 1996. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Livro_CriseetrabalhonoBrasil.pdf>

DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil**. Revista de Economia Política, v. 25, n. 1, p. 113-130, jan-mar. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-35172005-1640>>

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; LOURAL, Marcelo Sartorio. **A reforma trabalhista no Brasil: uma proposta metodológica de acompanhamento do mercado de trabalho formal**. ABET, [s. l.], v. 19, ed. 1, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22478/ufpb.1676-4439.2020v19n1.49175>>

FGV, Fundação Getúlio Vargas. **Inflação registrada pelo IPC-DI/FGV IPC-Br**, 2023. Disponível em: <https://www.portaldefinancas.com/ipc_di_fgv.htm>

MENEZES FILHO, Naercio; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MANNI, Stefano Ruiz. **Crise e Mercado de Trabalho: uma comparação entre recessões**. Insper Instituto de Ensino e Pesquisa, p. 1-27, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Crise-Mercado-Trabalho-comparacao-entre-recessoes.pdf>>

G1, Jornal Hoje. **PEC das Domésticas: 10 anos após a aprovação do projeto, número de informais cresce no Brasil**, 1 abr. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal->

hoje/noticia/2023/04/01/pec-das-domesticas-10-anos-apos-a-aprovacao-do-projeto-numero-de-informais-cresce-no-brasil.ghtml>

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Doutrina: **Consolidação das Leis do Trabalho – 70 anos depois: Reforma Trabalhista, desregulamentação e flexibilização**. FASCÍCULO SEMANAL 17/2013, p. 145/147, 2013. Disponível em: <https://coad.com.br/app/webroot/files/trab/pdf/ct_net/2013/ct1713.pdf>

KEYNES, Jonh Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas). Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Keynes,%20John/Keynes%20%20Os%200economista.pdf>>

KUSZKOWSKI, Jailson. Título: **Efeitos do boom das commodities no desenvolvimento industrial brasileiro (2003-2014)**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó – SC, 2021. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/4988/1/KUSZKOWSKI.pdf>>

LIMA, Thaís Damasceno; DEUS, Larissa Naves. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira**. Revista Cadernos de Economia, v. 17, ed. 32, p. 52-65, jan/jun 2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/1651>>

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **World Employment and Social Outlook: Trends 2021**, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_795453.pdf>

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=resultados>>

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>>

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**: Intrínseca, 2013. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Seculo%20XXI%20-%20Thomas%20Piketty.pdf>>

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Legislação trabalhista: entenda tudo sobre leis trabalhistas (CLT)**, 2019. Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/o-que-e-legislacaotrabalhista/#:~:text=A%20CLT%20foi%20criada%20pelo,direitos%20trabalhistas%20na%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20brasileira>>

Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>

VERÍSSIMO, Michele Polline; SOUZA, Túllio Assis. **O papel das commodities para o desempenho exportador brasileiro**. Indicadores Econômicos FEE, v. 40, ed. 2, p. 79-94, 2013. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/2781/3120>>